

Espontaneidade, Cultura e Política:

O levante popular de junho no Brasil de um ponto de vista das ciências sociais

Introdução¹

Os inúmeros e múltiplos protestos (em forma, conteúdo) de junho no Brasil exigem uma reflexão sociológica. Este texto pretende apontar algumas hipóteses para arriscar uma interpretação dos protestos e de seu significado. O nosso pressuposto é que essas manifestações em razão da sua extensão, distribuição geográfica, representatividade, caráter e radicalidade constituem um verdadeiro levante popular. Podemos considerar como um levante em razão a) da sua composição social, dos setores mobilizados; b) das reivindicações e formas de autoconsciência expressas; c) das modalidades de ação coletiva e dos efeitos que estas produziram. É disso que trataremos.

Primeiramente faremos uma descrição cronológica dos protestos e ações populares; depois iremos, a partir de uma análise dialética, realizar uma interpretação das bases e contradições sociais e políticas que ajudam a entender o processo; e por fim, iremos sugerir como esses movimentos sociais demarcaram uma forma de negação do sistema político dominante, característica de situações históricas de gênese de sujeitos coletivos e novos ciclos da luta de classes.

Os protestos que desencadearam o levante popular tiveram início com manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus no início de junho. Porém os protestos tinham antecedentes muito diretos: na região sul, em Porto Alegre e depois no Centro-Oeste em Goiânia com protestos realizados entre março e maio. No final do mês de maio protestos se realizam no Nordeste, na cidade de Natal e depois finalmente as manifestações dos dias 06 e 07 de junho em São Paulo e Rio de Janeiro desencadeiam uma verdadeira comoção nacional, como desfechos da repressão aos atos em São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro.

Os primeiros protestos (no Rio Grande do Sul, Goiânia, Rio de Janeiro e em São Paulo) foram motivados pela luta contra o aumento das tarifas nos transportes públicos. A partir do dia 16 de Junho, essas mobilizações confluíram com outras agendas, especialmente os protestos contra os gastos da Copa do Mundo e a privatização do Maracanã e dos demais estádios de futebol. Em Brasília, o ato contra a abertura da Copa das Confederações foi marcado por intensa repressão e violência policial, assim como o ato do Rio de Janeiro, gerando muitas críticas. A repressão estatal contribuiu para aumentar a adesão às mobilizações.

Se até o dia 16 de junho a tônica foi a repressão policial, a partir do dia 17 de junho essa dinâmica irá ser transformada. Os atos no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Belo

1 Autor: Andrey Cordeiro Ferreira, antropólogo, professor do CPDA-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenado do Núcleo de Estudos do Poder (NEP). Texto finalizado em 08 de julho de 2013.

Horizonte passaram a ser marcados por ações de enfrentamento e formas de resistência à violência policial que terminaram com as tentativas de tomada da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, da Prefeitura de São Paulo e do Congresso Nacional e Ministérios em Brasília. A partir de então, do dia 17 ao dia 21, inúmeras ações em dezenas de cidades envolveram milhões de pessoas, com manifestações de rua, bloqueios de rodovias e acessos a aeroportos com atos de resistência às operações de dispersão e de prisão.

No dia 20 de junho, esses atos alcançaram seu ápice com a manifestação na cidade do Rio de Janeiro reunindo mais de 2 milhões de pessoas e com protestos em dezenas de cidades do país, inclusive nas principais capitais, com ações coletivas de resistência e desobediência civil². Talvez as imagens mais representativas do processo sejam a da resistência contra o blindado da polícia no Rio de Janeiro e à cavalaria em Belo Horizonte e Fortaleza. As imagens dos manifestantes tentando parar o “Caveirão” em nada devem ao jovem chinês que parou a fila de tanques na Praça da Paz Celestial em 1989. O dia 20 pode ser considerado como o ápice dos protestos no mês de junho, já que foi o dia com maior número de cidades envolvidas, com grandes mobilizações simultâneas e com múltiplas formas de ação coletiva.

Os protestos continuaram até o dia da final da Copa das Confederações (30 de junho), em que cerca 15 mil manifestantes marcharam até as imediações do Maracanã até serem dispersos pela repressão policial, mas oferecendo resistência. Não sendo o fim dos protestos, este ato pode ser considerado como o fechamento do ciclo do mês de junho. Por sua vez, o desdobramento dos atos foram extremamente importantes. Organizados de forma descentralizada, com uma multiplicidade de lideranças locais e grupos formais e informais, os protestos apresentaram uma eficácia muito claramente reconhecida: sem mediadores, negociadores e interlocutores, as manifestações reduziram o aumento da passagem e obrigaram, ainda que indiretamente, o arquivamento de projetos de lei de diferentes naturezas, explicitando sua eficácia concreta. Dessa maneira, esse conjunto de protestos pode ser considerado como um marco que nos permite realizar alguns apontamentos teóricos.

Qual o significado sociológico desses acontecimentos? Para alcançar esse significado é preciso em primeiro lugar distinguir as modalidades de ação coletiva empregada nos diferentes protestos no Brasil. Essas modalidades de ação coletiva permitem que observemos em termos sociológicos tanto os tipos de classificação em função da “legitimidade/legalidade” reconhecida pelo sistema político, quando de conteúdo social.

Para além de toda a descrição que já foi realizada, devemos considerar aqui que os protestos populares podem ser classificados em algumas modalidades de ação coletiva: 1ª) as passeatas, em que milhares e mesmo milhões de pessoas tomaram parte; 2ª) dentro ou na sequência das passeatas, as ações de resistência às ordens de dispersão e

2 A controvérsia sobre o número de participantes estimados é sempre importante, mas nesse caso é mais significativo ainda. Existe uma clara subestimação da participação e adesão aos protestos. Esse procedimento de subestimar a participação está sendo contraposto pela produção de mídias independentes, de coletivos e indivíduos que mostram o caráter de massa dos atos, que no Rio de Janeiro alcançou milhões de pessoas.

desobediência civil, acompanhadas de bloqueio de ruas e avenidas com inúmeras formas de auto-organização (desde o uso de escudos contra balas de borracha até táticas de neutralização das bombas de gás lacrimogêneo); 3ª) bloqueios de rodovias e acessos a aeroportos, comprometendo assim o processo de circulação de mercadorias; 4ª) a destruição de capitais e patrimônio privado de grandes empresas (bancos, concessionárias de veículos, pedágios), associada à destruição de veículos da grande mídia e de unidades policiais para compor barricadas ou como retaliação à violência; 5ª) a tomada das sedes do poder legislativo e executivo municipais, estaduais e federal.

Essas diferentes modalidades de ação coletiva envolveram dezenas de milhares e mesmo milhões de pessoas. Além da representatividade social e geográfica, elas demarcam um conjunto de antagonismos muito claro que caracteriza o caráter do levante. Essas modalidades de ação coletiva obviamente escapam aos parâmetros do sistema político-jurídico e consequentemente ideológico dominante. Considerados em seu conjunto, as modalidades de ação coletiva realizaram: 1) o confronto com as instituições capitalistas através das ações destrutivas de capitais e patrimônios corporativos, expressando o descontentamento popular com o poder econômico; 2) o confronto com os principais símbolos e mecanismos repressivos e representativos do poder político estatal (a polícia, o poder legislativo e executivo), expressando o descontentamento com os governos e o sistema político. Uma lógica similar é perceptível nas pautas ou reivindicações. Estas dizem respeito especialmente aos serviços públicos e equipamentos coletivos e ao custo de vida do qual o transporte é um item destacado. Mas essas reivindicações econômicas são todas elas de um tipo “coletivo” e “universalista”, distinta de reivindicações econômicas de natureza “corporativa” e “particularista”. A multiplicidade de pautas e reivindicações não exclui assim uma esfera de integração econômica, na qual predomina o caráter coletivo das mesmas. Dessa maneira, existiam dois tipos de pautas, uma que caminhava na direção da multiplicidade e outra que caminhava na direção da unidade. Essas modalidades de ação e reivindicação coletiva/universalista delimitam um perfil específico, de classe. As ações de massas explicitaram as estratégias de ação e também as aspirações diferenciadoras e unificadoras.

O levante popular, pelo menos na forma que se apresentou, tem um conteúdo antineoliberal (de crítica aos efeitos do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal, especialmente a privatização e precariedade dos serviços públicos) e anti-estatista (crítico das instituições de representação e repressão) e por isso um potencial anti-sistêmico (de contestação às instituições do Estado capitalista e ao próprio capital). Certamente, essas ações e reivindicações não determinam suas formas organizativas e sociopolíticas. O movimento popular está criando um mundo de possibilidades. Mas está criando a partir de uma posição estrutural, de antagonismos e modalidades de ação coletiva e reivindicação que marcam o seu caráter. E esse campo, no qual esse levante popular está colocado, é antineoliberal e anti-estatista. Ou seja, como veremos, ele surge se opondo às antigas polarizações (especialmente entre defensores do Estado intervencionista x defensores do Estado neoliberal).

A nossa primeira hipótese é que essas formas de ação coletiva e reivindicações têm suas raízes em contradições sociais estruturais e na transformação de polarizações político ideológicas. Dentro dessa perspectiva três fatores estruturais devem ser considerados: a) a crise econômica e agravamento da questão social em razão de um modelo econômico centrado na precarização e super-exploração e a consolidação de um “subproletariado” ou “proletariado marginal” b) a transformação das contradições políticas com a dissolução do significado dos antagonismos estruturantes do período 1980-2010 e a emergência de novos antagonismos que resignificam a antiga polarização entre direita e esquerda; c) as contradições socioculturais entre um discurso eurocêntrico que invisibiliza e nega a agência histórica da classe trabalhadora e suas camadas étnicas (e o papel das subculturas de protesto e violência que exaltam a participação coletiva e confronto com autoridades instituídas).

Os atores sociais: novos meios e formas organizativas, antigas direções e contradições

Diversos intelectuais e grandes meios de comunicação (TV, Rádio e Jornais) desenvolveram alguns argumentos para caracterizar os protestos populares 1) em primeiro lugar, a ideia de que os movimentos surgiram das “redes sociais”, expressando assim a visão de um determinismo tecnológico sobre o comportamento sociopolítico; 2) a ideia de que reivindicações possuem um caráter relativamente difuso, e por isso frágil, expressando a centralidade da “classe média” nas mobilizações; 3) a utilização de categorias duais que separavam os “legítimos/legais” dos “ilegítimos/ilegais”, sendo essa diferença expressa pelo tipo de ação coletiva nas quais estavam engajados; 4) o caráter difuso do protesto, mesclado com a heterogeneidade das forças políticas na ruas e as expressões apartidárias, dariam espaço para avanço do “conservadorismo e do fascismo”.

Enquanto os três primeiros argumentos foram compartilhados pelas empresas de mídia e pelos partidos e sindicatos (ou pelo menos por grande parte de suas direções), o último argumento foi desenvolvido pelo PT e assumido pela Frente de Esquerda constituída no mês de junho. Assim, tivemos uma curiosa situação em que os Governos, partidos e direções sindicais, empresas de comunicação estavam todos alinhados sob um mesmo discurso. Esses argumentos foram empregados a princípio através da oposição entre “manifestantes” x “vândalos” e em certas circunstâncias na diferença entre “manifestantes pacíficos” e “radicais”. De maneira geral, se considerava os manifestantes legítimos como aqueles envolvidos apenas em passeatas e ilegítimos os envolvidos em todas as demais formas de ação coletiva.

Iremos então demonstrar como esses argumentos não são corretos do ponto de vista sociológico. Primeiramente iremos questionar o “determinismo tecnológico” e suas bases ideológicas. Depois demonstraremos como uma série de contradições e conflitos convergiram nesse contexto, dando a dimensão e caráter dos protestos e pela mobilização de um setor marginalizado do proletariado. Por outro lado, mostraremos que tais análises não levam em consideração toda uma série de conflitos e contradições sociais que vinham se acumulando nas últimas décadas em função da ação repressiva do Estado e também do

modelo econômico, que entra em contradição com vários aspectos da condição social de diversos sujeitos.

O determinismo tecnológico considera que existe uma relação de causa-efeito entre um instrumento ou tecnologia (computadores, a internet) e indivíduos. Dessa maneira, como vários dos protestos e mobilizações foram convocadas por redes sociais, rapidamente alguns se convenceram de que o que produziu os protestos foi o fato das redes sociais atingirem de forma instantânea um grande número de indivíduos. É certo que os meios de comunicação cumprem um papel fundamental na organização e participação política, mas essa importância não deve levar à negação dos sujeitos coletivos e das formas de organização formal e informal que fazem uso dessas tecnologias.

O Historiador inglês E.P Thompson demonstrou isso para o século XIX, as “cartas” e os “correios” foram um instrumento fundamental da internacionalização do movimento operário. Os comitês de correspondência se difundiram em várias partes do mundo, colocando em comunicação centenas de grupos em diversos países. Esse processo foi essencial para a formação das primeiras sociedades de resistência e depois para a formação do movimento operário e socialista internacionalmente. Mas os meios de comunicação e as tecnologias se desenvolveram ainda mais desde então e o internacionalismo não acompanhou esse desenvolvimento. As organizações e as próprias classes trabalhadoras foram submetidas a pressões sociopolíticas do nacionalismo, da cooptação pelo Estado e das reestruturações econômicas, e o internacionalismo não se desenvolveu como força predominante no século XX. Ou seja, a mera presença dos meios tecnológicos não são suficientes para explicar o comportamento político internacionalista.

Esse exemplo demonstra como não se podem estabelecer correlações simplistas entre desenvolvimento tecnológico e ação coletiva. Além disso, podemos tomar como exemplo duas situações em que os protestos alcançaram dimensões mais radicais e de massa: Rio de Janeiro e São Paulo. Nos dois casos, existiram núcleos organizadores e iniciadores dos protestos, como o Movimento Passe Livre e o Fórum de Luta pelos Transportes, que agregam setores do movimento estudantil e da juventude, especialmente. Os sujeitos coletivos, organizações formais e informais, vinculadas de múltiplas maneiras ao sistema de representação política (partidos, sindicatos e etc.) cumpriram um papel importante desde o primeiro momento. Além disso, a ação do Estado, de repressão, controle e distribuição de recursos tem cada vez mais fortalecido certa condição ou identidade por “exclusão”, dos sujeitos que se mobilizam “contra o poder”, como poderemos ver adiante.

Mas aqui então devemos examinar duas questões de forma mais detalhada. Primeiramente, as contradições socioeconômicas e conflitos que vem se acumulando na sociedade brasileira e mundial, em razão da atual etapa de desenvolvimento capitalista. Em segundo lugar, as transformações dos antagonismos e formas de hegemonia dentro do sistema político que marcam a relação das diversas organizações de representação com as classes sociais, frações e categorias sociais e mais diretamente com cada *ser humano* concreto.

Devemos lembrar o seguinte: nos últimos 20 anos uma série de transformações foram realizadas basicamente sob a direção de duas coalizões partidárias, a comandada pelo

PSDB entre 1994 e 2002 e depois a comandada pelo PT entre 2002 e 2010, que continua no poder. Se considerarmos as grandes mobilizações populares e greves dos anos 1980, que se cristalizaram num pacto representado em parte pela Constituição de 1988, veremos que essa constituição foi apresentada como grande instrumento de correção das injustiças históricas da sociedade brasileira.

Essas injustiças seriam corrigidas através do reconhecimento de direitos e medidas redistributivas que essa constituição deveria assegurar: 1) reconhecimento de direitos sociais universais, como moradia, educação, saúde e transporte, associado aos e (?) realizador dos direitos civis e políticos fundamentais; 2) reconhecimento de direitos políticos “democráticos”, como liberdade de organização e manifestação, marcando nisso uma “ruptura” com o passado de autoritarismo e exclusão da sociedade brasileira; 3) reconhecimento do direito a diversidade, através da extensão da ideia de igualdade aos setores discriminados (étnica, social e sexualmente), e nesse aspecto entram direitos dos povos indígenas, direito à terra, direitos de preservação do meio ambiente, das mulheres e toda uma ampla gama.

O que aconteceu nos governos que se seguiram? Uma erosão progressiva dos direitos sociais através de medidas de política econômica e ações repressivas, tanto durante o governo do PSDB e seus aliados quanto do PT e seus aliados. A política de privatização e precarização dos sistemas públicos são o melhor exemplo. Enquanto o governo do PSDB conduziu as privatizações do setor industrial, serviços públicos (telefonia, saúde, educação) o Governo do PT não reverteu essas privatizações, e ainda avançou na privatização da infraestrutura (aeroportos, portos). Dessa maneira, as medidas distributivas foram cada vez menos impactantes e o impacto positivo da expansão do consumo com as privatizações (por exemplo, nos serviços de telefonia) se desfazem rapidamente num contexto de crise e inflação. O desenvolvimento econômico como resposta à estagnação levou ao fortalecimento dos mecanismos de precarização e super-exploração. As reformas previdenciária e trabalhista são os melhores exemplos. A flexibilização do trabalho, o aumento da idade das aposentadorias indica como o trabalho vem perdendo direitos e também sua participação na renda nacional. Essas mudanças econômicas produziram um “precariado”, ou seja, uma juventude escolarizada submetida a precárias condições de trabalho e existência, bem como ao desemprego cíclico, além de uma massa de trabalhadores precarizados de baixa escolaridade. Esses setores deram o caráter de massas aos protestos.

O que aconteceu com os direitos políticos e a diversidade? Se nós considerarmos o caso dos estudantes, podemos ver que desde 2007-2008, quando uma onda de ocupações de reitoria se realizou, já existiam ações coletivas que foram alvo de repressão. Várias perseguições políticas e administrativas aconteceram dentro das universidades, e o maior exemplo é a USP, que explicitaram essa prática repressiva. Por outro lado, o direito de “consulta prévia” aos povos indígenas não foi respeitado nas “grandes obras”, como Belo Monte, e nos megaeventos, como no caso da Aldeia Maracanã (que mobilizou centenas de estudantes e trabalhadores), em que fica clara a polarização entre os direitos indígenas e o modelo de desenvolvimento. Esse processo vem se gestando desde a demarcação da

Raposa Serra do Sol, da violência contra índios no Mato Grosso do Sul e Nordeste. Soma-se a isso o histórico de violência policial e repressão nas grandes metrópoles e periferias, as tentativas de restringir os direitos dos homossexuais e das mulheres, a flexibilização das leis ambientais por diferentes projetos de Lei no Congresso Nacional, que representam ataques à diversidade e ao pluralismo.

Ou seja, existem contradições e conflitos que mostram que os fundamentos de certo “pacto social” em torno de direitos sociais, civis e políticos se desfez pela ação dos governos do PSDB e do PT e dos representantes do poder econômico. Os instrumentos de política compensatória (a política de “bolsas”) o crescimento pontual de políticas públicas (na área de educação, por exemplo) se mostram em claro esvaziamento, pois não conseguem produzir efeitos sobre os problemas estruturais. Ou seja, as contradições sociais e os atores coletivos já estavam presentes na sociedade brasileira e antagonismos vêm se acumulando há pelo menos duas décadas. A presença de uma determinada tecnologia, de acesso barato e rápida difusão, explica o enfraquecimento do monopólio midiático, a capacidade de intensificar as mobilizações, mas não deve anular do ponto de vista sociológico a centralidade desses atores e contradições sociais.

Poderíamos então propor a hipótese de que o levante popular foi o resultado da convergência de múltiplas contradições e conflitos sociais que evocam a defesa de direitos que estão em processo de reestruturação e erosão em razão do modelo econômico e políticas estratégicas dos últimos governos nacionais. Para além de direitos formais de voto e participação, o levante popular questionou a articulação entre o sistema econômico e o sistema político, de como o capital vai se apoderando de serviços e bens coletivos e transformando em fontes de acumulação privada. O aumento da tarifa foi a ocasião, não a causa.

Direita e Esquerda, liberalismo e intervencionismo? Novos antagonismos, nova dialética

O que aconteceu com o sistema político nesse período? Podemos dizer que três grandes deslocamentos semânticos expressam transformações ideológicas, políticas e sociais nas relações entre partidos, sindicatos, Estado e sociedade. Entre 1978 e 1988 a principal oposição do sistema político, a que polarizava e ordenava as posições, foi entre “democracia e ditadura”. Essa oposição não coincidia de forma direta com a oposição entre “direita e esquerda”. Organizações empresariais e políticas que poderiam ser consideradas de direita se posicionaram, dentro de um determinado contexto, no polo dos defensores da democracia contra a ditadura. A esquerda (que reunia partidos como PT e PCdoB, e organizações sindicais como a CUT) faziam oposição não somente à ditadura, mas a sua política e modelo econômico.

A partir da década de 1990 essa polarização se dissolveu (com a conclusão da redemocratização) e levou a uma re-significação dos temas. O setor empresarial que tinha se alinhado à defesa da democracia também se opunha à política econômica da ditadura (uma política de Estado forte e intervencionista era entendida como causadora da crise). Esse setor se organizou dentro e em torno do PSDB e conduziu a entrada do Brasil (depois

do rápido papel de Fernando Collor de iniciador do processo) na era das reformas neoliberais. Ou seja, o polo dos defensores da “democracia” se dissolveu e deu origem a uma nova polarização, entre “neoliberais” (capitaneados pelo PSDB) e os opositores do neoliberalismo ou defensores do “desenvolvimento e crescimento econômico”. A ideia de esquerda então ficou associada aos opositores do neoliberalismo e a direita aos defensores do neoliberalismo neste contexto.

Essa polarização foi o principal componente do discurso do PT e da coalizão partidária que ele organizou. Foi com esse apelo que o PT, depois de progressivamente construir maioria eleitoral em estados e municípios, conquistou a presidência da República em 2002. Mas a partir daí essa polarização sofrerá mais uma mudança. Em primeiro lugar, durante os Governos de Lula ficou claro que um forte crescimento econômico poderia ser realizado sem expandir direitos, e mais ainda, contra eles. As políticas macroeconômicas adotadas pelo PT mantiveram a dimensão estruturante do governo do PSDB: a) as privatizações e o fortalecimento do capital privado, com desonerações tributárias e reformas que levavam a maior lucratividade do capital; b) fortalecimento do agronegócio, do apoio a exportação e ao capital financeiro, especialmente com a imobilização do orçamento da União para pagamento da dívida pública. A política de crescimento econômico não foi revertida em nenhum ganho estrutural para os direitos sociais, na realidade os direitos foram sendo atacados conforme se acelerava o crescimento econômico aprofundando o processo anterior.

O principal partido “da esquerda” governou com um programa e instrumentos “da direita”. A mescla de um programa e institucionalidade neoliberal com medidas intervencionistas pontuais levaram assim a uma espécie de liberal-desenvolvimentismo. Ou seja, a polarização entre direita e esquerda se enfraqueceu tanto institucionalmente quanto socialmente, permanecendo significativa apenas para a auto-representação dos próprios partidos. Logo, a percepção difusa que se apresentou nos protestos reflete essa experiência: palavras de ordem comparavam a democracia com a ditadura e o PT com o PSDB. Os protestos estão negando as polarizações entre democracia x ditadura e liberalismo x intervencionismo. Está surgindo uma nova polarização, que percebe essas polarizações a partir de outro ponto de vista.

O que podemos falar de um ponto de vista sociológico sobre essas questões? Há uma clara insuficiência das abordagens dualistas para analisar a transformação do sistema político e sua relação com as contradições sociais e econômicas estruturais. É preciso pensar a série de categorias dialéticas e é preciso observar a dialética da economia com o sistema político. A oposição entre “democracia x ditadura” nunca correspondeu estritamente à oposição entre “direita e esquerda”, e estas aos antagonismos de classe. Uma democracia neoliberal de direita foi concebida por diferentes setores da sociedade e do sistema político, como é o caso do PSDB e empresariado. Essa polarização gerada nos anos 1980 já não tinha o mesmo significado nos anos 1990. O mesmo podemos dizer da oposição “direita neoliberal” x “esquerda antiliberal” que predominou nos anos 1990, ela não se aplica aos anos 2000. Enquanto os protestos de junho questionaram essas oposições (os partidos e instituições interpretam a realidade a partir dela. Isso explica a

crise de representatividade das Instituições. É importante observar que esse fato não é historicamente novo. Durante a Revolução Francesa, a direita representava o monarquismo e a esquerda o republicanismo. Porém, ao longo do século XIX, com o surgimento da crítica socialista, se cindiu o republicanismo e parte dele ficou no campo da “direita” e uma minoria na “esquerda”. Ou seja, a polarização esquerda x direita apenas demarca um campo de posições dentro de uma situação. Não diz nada quanto ao conteúdo dessas posições e não pode ser considerada de forma rígida.

Podemos colocar a hipótese que a crise de representatividade que o levante popular colocou na agenda tem duas raízes. De um lado, a pouca representatividade dos partidos e instituições expressa o fato de que na dinâmica do sistema político eles abandonaram um programa de defesa dos direitos sociais, políticos e do pluralismo. Do ponto de vista das realizações, “direita e esquerda”, “democracia e ditadura” significam cada vez mais um mesmo sistema econômico e político³, com diferenças muito pouco significativas. De outro lado, existe uma clara identificação da representação com a repressão, ou seja, não somente os partidos, organizações e instituições não representam os interesses, mas elas são cada vez mais identificadas com as práticas de repressão policial e militar, com a ação violenta e ilegítima, ou seja, com o autoritarismo. Por fim, como vimos, a forma das ações coletivas e suas reivindicações são anti-neoliberais e anti-estatistas, e logo modificam essa polarização, pois ao mesmo questionam a “antiga” direita (nos moldes liberais do PSDB) e esquerda (nos moldes do PT e seus aliados).

Assim, devemos observar como existem diversos antagonismos e polarizações dentro do sistema político e como esses são re-significados historicamente pelas tensões recebidas da economia e sociedade. Os elementos colocados por amplos setores nas ruas, do anti-partidarismo, da oposição violenta às instituições policiais, militares e representativas estão associadas ao papel que essas instituições têm assumido de destruição dos direitos, de favorecimento do capital e de repressão. Além disso, suas reivindicações econômicas são cada vez mais potencialmente anti-sistêmicas. Mas além dessa dimensão econômica e política, devemos observar atentamente a configuração cultural e sociopolítica da sociedade brasileira para entender a dinâmica dos protestos.

As bases culturais e a experiência sociopolítica: a auto-organização e criatividade popular

Um componente fundamental (do que?) é que em todas as interpretações da mídia empresarial e corporativa, nas declarações oficiais dos partidos, do Governo Federal e estaduais, existe uma clara convergência: a negação da legitimidade política e social das diferentes formas de ação coletiva, com exceção da “passeata”. Todas as demais formas de

³ As palavras de ordem empregadas nas mobilizações e também pelas campanhas e vídeos produzidos nas redes sociais e difundidas na internet ilustram isso. As mobilizações estão questionando as polarizações discursivas e políticas e criando novas formas de interpretação da experiência política brasileira. Falar da “ditadura”, o “governador é ditador”, do abuso policial como elemento “autoritário” são todos componentes desse novo registro.

ação coletiva foram condenadas e combatidas por quase todos os partidos e direções sindicais, governos municipais, estaduais e federal.

A negação dessas formas de ação coletiva tem um conteúdo. Elas expressam a visão eurocêntrica da legitimidade absoluta do poder de Estado centralizado -europeu-patriarcal. O acionar da ideia do “vândalo” não é acidental. O vândalo é o tipo ideal dos “bárbaros” que destruíram o Império Romano. Ela marca assim a hegemonia de uma concepção eurocêntrica de política. Essa concepção eurocêntrica está assentada em diversas bases, mas indicaremos aqui as principais:

1ª) a violência é sempre uma iniciativa do “dominado” e sempre ilegítima. A existência e expansão do Estado é sempre um ato de pacificação (por isso a conquista europeia nunca é vista como violência, mas como “descoberta”; a ideia de “pacificação das favelas” é a atualização desse modelo que diz que a violência nunca vem do Estado, mas sim a paz);

2ª) fora dos esquemas de representação política e instituições convencionados no “Centro do Mundo”, não existe forma de ação política legítima, ou ela é “não-política” ou ela é “crime” (como barbarismo, vandalismo, terrorismo), formas anormais que precisam ser normalizadas. Como o modelo do “centro do mundo” de hoje (EUA-Europa) é um sistema de representação política baseada na relação Partido-Estado e em atos de “pacificação”, tudo que escape a isso é “não político” ou “pré-político” ou “crime”. Essa é uma tendência eurocêntrica e imperial-imperialista.

Esse fundamento eurocêntrico está na base da interpretação política da maioria dos partidos e na sua incapacidade de reconhecer a capacidade política espontânea, autônoma, de sujeitos coletivos que não se enquadram no modelo eurocêntrico. Por isso a resistência e as formas de ação coletiva são vistas como ilegítimas. A condenação da resistência do dominado é o corolário do não reconhecimento da violência anterior do Estado. Ao mesmo tempo, a imagem da “desorganização” da falta de “liderança” como um fator gerador de desordem, foi compartilhada pela “direita” e pela “esquerda” de maneira que projetaram na espontaneidade do levante popular um fator de alarme, já que o Estado é o que garante a paz na sociedade, os Partidos e Sindicatos devem cumprir um papel de Estado “em miniatura”, de produzir a paz controlando as manifestações. Ou seja, a negação da legitimidade e legalidade das ações coletivas testemunhadas nas últimas semanas tem suas raízes na negação da resistência popular e da própria capacidade política dos trabalhadores e da juventude, já que esta não se enquadra nos parâmetros da política eurocêntrica que vê no Estado a realização da ordem moral e da paz, ou seja, o sujeito da criação da própria sociedade.

No que tange ao uso da polarização vandalismo x manifestante, tal análise parte do pressuposto que a legitimidade se confunde com legalidade, e abstrai o importante fato que, do ponto de vista sociológico, a legitimidade não pode ser deduzida de uma determinada forma histórica de regras jurídicas, mas é sempre o produto de confrontações sociais e políticas. O fato das ações coletivas entrarem em choque com a ordem legal instituída não é nenhuma novidade: assim aconteceu com as diversas formas de luta abolicionista e contra escravidão, as lutas contra a segregação racial, as lutas anti-monárquicas, depois as lutas sindicais, as lutas democráticas e anti-coloniais e etc. A ordem

jurídica não é “em si” a ordem ética na qual se busca a legitimidade, mas é um instrumento de força para atribuir legitimidade a atos sociais e políticos. As ações coletivas que historicamente reivindicam direitos questionam também os fundamentos éticos e ideológicos do “direito” ou da ordem político-jurídica instituída e, logo, os limites da legalidade. Do contrário, os negros e as mulheres teriam ainda o hoje o estatuto jurídico de patrimônio senhorial. O mesmo historiador inglês E.P Thompson mostrou que o “ludismo” e os “saques” foram um componente fundamental da formação da classe operária e de suas subculturas.

Essa defesa (realizada por amplos setores da “direita” e da “esquerda”) é uma defesa de instituições do sistema capitalista contra ações com potencial anti-sistêmico. Se as ações e reivindicações questionavam o neoliberalismo e o capital, elas nitidamente entram em choque com as empresas e os governos de direita, todos alinhados numa plataforma neoliberal. Por outro lado, se as ações coletivas e reivindicações populares questionam a representação e repressão necessária ao desenvolvimentismo, elas entram em choque com partidos e direções sindicais que apoiam e fazem parte do sistema político e dos governos responsáveis por essas medidas. Ou seja, a polarização expressa nas ruas questionou as polarizações anteriores.

Esse eurocentrismo se nega a reconhecer a legitimidade das ações coletivas e, no nosso entendimento, é preciso uma ruptura radical com essa posição teórico-ideológica. Do ponto de vista sociológico nos é exigido reconhecer que não existe legitimidade absoluta, mas uma luta pelo poder de definição do que é legítimo. Para isso precisamos reconhecer que o levante popular não foi “desorganizado”, nem foi organizado no sentido de ser a realização de um plano de um “centro dirigente”. Ele foi gerado espontaneamente por uma multiplicidade de formas organizativas formais e informais na reação às contradições sociopolíticas. Estas formas organizativas têm diferentes experiências e fontes de interpretação da realidade, que não dependem do sistema político representativo capitalista para existir e que existem às margens dele e em antagonismo com ele. Essas formas organizativas são desqualificadas como “marginais”, “apolíticas” e eventualmente “criminosas” e mantém uma relação de antagonismo e resistência cotidiana, expressando reações às contradições sociais e políticas estruturais.

Essas formas organizativas estão associadas às diferentes subculturas existentes, compartilhadas por amplos setores. Iremos destacar aqui três formas de subcultura⁴ que tem em embrião vários elementos de confronto e resistência ao sistema político e injustiças sociais. Em primeiro lugar: a) **a subcultura de protesto**, presente nas formas de

4 Estamos chamando de subcultura, campos semânticos e simbólicos que podem integrar unidades culturais maiores, por exemplo, que podem atravessar culturas étnicas, regionais e etc. Estamos classificando as subculturas em função de uma intenção expressiva predominante (o protesto, enfrentamento), mas sem qualquer pretensão teórica, unicamente descritiva. Elas não esgotam todas as formas de subcultura, existem formas culturais conservadoras, clericais que convivem com estas. No que tange ao igualitarismo existem múltiplas fontes para essa subcultura, tanto práticas camponesas, cooperaivistas e de ideologias como o anarquismo e o comunismo que a alimentam.

diferentes gêneros musicais, como *hip hop*, o *rock* e o *punk rock* que tematizam a violência policial, a opressão étnico-racial e exaltam diferentes formas de resistência e luta contra o Estado e o *status quo*; b) **a subcultura de enfrentamento**, presente na forma de gangues, grupos e torcidas organizadas, com exaltação dos confrontos, presentes também em gêneros de música como o *funk carioca*; c) **a subcultura igualitarista**, hoje existente através da solidariedade multicultural que tematiza a defesa e a diversidade sexual, religiosa, étnica e ambiental e que remetem a uma apropriação radical do “pluralismo constitucional” que como discurso vem se constituindo na sociedade brasileira nos últimos 25 anos e atualizam uma visão de mundo igualitarista. Essas subculturas se interpenetram e se organizam socialmente por múltiplas formas.

Essas subculturas de protesto, enfrentamento e igualitarismo são distribuídas de formas extramente variadas entre frações de classe trabalhadora, grupos étnicos e regiões. De maneira geral, elas representam um fator de integração e descentralização de temas, visões de mundo e posições. As novas tecnologias, como as redes sociais de internet, permitem que grupos informais, antes de vizinhança e localidade se integrem, assim como os grupos de amizade, de convivência e de sociabilidade. O *hip hop*, o *punk rock* e outros gêneros musicais que são compartilhados nessas redes fazem uma defesa da condição de marginalidade, positivando suas formas, denunciam o Estado, as instituições representativas e repressivas. Além disso, esses grupos na sua sociabilidade sofrem com diferentes atos de repressão e perseguição, por serem identificados com a “marginalidade” nos diferentes espaços das grandes metrópoles. (não só, mas tudo bem)

O mesmo acontece com o universo que assumiu importância política: a experiência do torcedor de futebol e também das próprias torcidas organizadas. Nesse universo existem práticas de enfrentamento cotidiano, tanto com o Estado e suas instituições, quanto com as torcidas entre si. De maneira geral, o que aconteceu nos protestos no Brasil foi que testemunhamos as práticas de enfrentamento sendo direcionadas por objetivos sociais e políticos. Ao mesmo tempo, as músicas cantadas em estádios de futebol foram adaptadas com temas políticos, cantadas de diferentes maneiras nos atos e nas ruas. Os megaeventos estão representando também a aplicação de uma lógica de segregação sobre o espaço que foi constituído nos últimos 30 anos como o único lugar de expressão de setores “marginalizados” (o futebol) e representa o avanço da fronteira do capital privado sobre espaços coletivos de grande significado cultural.

As análises que tendem a ver como “não políticas” as pautas ou como “sem pauta” e “sem organização” os protestos expressam uma transformação do eurocentrismo em duas formas de teoria e posição política: na “direita” o eurocentrismo assume a forma do elitismo, da negação da capacidade política dos dominados; na “esquerda marxista”, dos partidos e sindicatos, assume a forma de vanguardismo, que considera sempre a insuficiência dessas formas organizativas ante o modelo clássico “direção-base” ou “centro dirigente-classe”. No caso do elitismo, o discurso veiculado em grandes mídias nacionais e internacionais consideraram os protestos como expressão da alienação e do consumismo⁵.

5 Segundo o Financial Times " os manifestantes no Brasil tomaram um caminho incomum, usando os populares slogans para defender causas não relacionadas (aos slogans). É um sinal, dizem sociólogos, de excessivo consumismo

Por outro lado, um dos focos da esquerda articulado pelo PT e Governo Federal entendeu que a direita estava ganhando “terreno” nas manifestações em razão do apartidarismo (não reconhecimento da legitimidade do conjunto Partidos-Sindicatos) e do uso de símbolos nacionais e pela inexistência de uma “direção centralizada”, que levava a violência.

Essas posições não somente reafirmam a posição eurocêntrica como não consideram corretamente a relação e uso dos símbolos culturais e também como a política se organiza em rede, mesmo em espaços “não políticos”. De um ponto de vista antropológico, a apropriação e inversão de símbolos é um fato corriqueiro. No caso do levante popular, os símbolos da cultura do enfrentamento e protesto, antes pertencentes a manifestações culturais localizadas, foram reinterpretados por um viés político dentro de ações coletivas. Ou seja, não existe um sentido “em si” nos símbolos e experiência cultural das camadas populares.

A posição sociopolítica e cultural é fundamental para entender o significado de um símbolo. Assim, a apropriação e inversão dos símbolos, como já demonstrou o cientista político James Scott, são parte das formas de resistência dos grupos dominados. Inverter o sentido e ironizar as mensagens e símbolos do dominador (como mensagens da sociedade do consumo ou símbolos nacionais) são instrumentos da luta pela existência. Todo símbolo tem uma ambiguidade, é sujeito a uma interpretação. Não somente se inverteram narrativas do mundo do consumo para fins políticos, como do mundo do futebol com a mesma finalidade. Apropriação e inversão geram novos significados.

O componente fundamental da posição que perpassa essas diferentes condições estruturais e culturais é a da superexploração, precariedade e marginalidade que dão a essas diversas condições uma unidade antagonica frente às instituições políticas e modelo econômico neoliberal-desenvolvimentista. A prática de vivenciar a repressão e a violência em larga escala permitiu uma rápida combinação e reinterpretação dessas experiências múltiplas sob a resistência popular. Existem inúmeras experiências culturais e sociopolíticas, que marcam um antagonismo e formas de resistência à opressão econômica e política. Esse antagonismo latente se condensou nos protestos e pode voltar ao estado de latência e mesmo oscilar em explosões aperiódicas.

Mas a nossa hipótese é que é preciso romper com o modelo eurocêntrico que nega qualquer forma de organização (elitismo) ou uma organização insuficiente (vanguardismo), e devemos reconhecer as formas organizativas “não-políticas” (formas de sociabilidade e expressão das sub-culturas) como políticas num sentido amplo. Ou seja, as organizações temporárias, formais e informais de diferentes naturezas compõem uma multiplicidade de formas organizativas se colocaram e mostraram como formas “não-políticas” podem

e alienação política”, observa o *FT*. Ao se referir às frases “O gigante acordou”, extraída da campanha do uísque Johnnie Walker, e Vem pra rua, dos anúncios da Fiat, o *FT* diz que os slogans se converteram em um dos poucos elementos a unificar os diferentes grupos que tomaram as ruas de mais de 100 cidades no Brasil este mês”. “
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130627_slogan_ft_rp.shtml

engendrar rapidamente (através da organização social e da experiência de resistência cotidiana e da ação coletiva) uma politização generalizada do cotidiano porque questionam o exercício do poder, exatamente por expressarem contradições sociopolíticas estruturais. Essas formas marcam a capacidade de criatividade dos grupos subalternos, sua capacidade de adaptação e resistência, tanto em formas de organização quanto de ação coletiva e discurso, cultural e sociopolítica.

Essa espontaneidade (que não está no nosso ponto de vista, nem em oposição à consciência, nem à organização) significa o quê? Significa que apesar do processo de repressão e controle, as formas de resistência e de luta de classes, difusa e de enfrentamento contra o sistema tendem a se politizar e sair do estado latente para o estado explícito. Um movimento espontâneo significa que ele foi auto-organizado e que ele é expressão de contradições econômicas e sociopolíticas. Ele comporta múltiplas formas de organização e consciência que se centralizam e descentralizam de acordo com uma dinâmica histórico-política complexa.

A espontaneidade do levante popular expressa a politização das experiências sociopolíticas da marginalidade, da superexploração e da sociabilidade das subculturas de protesto, confronto e igualitarismo. Daí sua confrontação com o sistema representativo, repressivo e também teórico-ideológico dominante. Seu potencial anti-sistêmico o coloca numa condição de negação global; e por isso é negado globalmente por todos aqueles que estão integrados ao sistema. É por isso que consideramos que o levante popular pode ser visto como o marco de um novo ciclo. Um ciclo destrutivo e criativo. Destrutivo de polarizações, interpretações e modos de ação e representação. E abrirá também a criação (já iniciada pela auto-organização e simbolização nas ruas) de novas formas de participação e organização popular e epistemologias críticas.